

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Tendências e Modelos de Teoria Política**

**Moderadora:** Joyce Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Título da Comunicação:** *A questão de identidade e a geopolítica da memória*

**Autora:** Alexandra Ferreira Martins (ISCSP – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

"A questão da identidade é fulcral nos estudos de ciência política. A identidade cria fronteiras, conflitos; a identidade resolve fronteiras, conflitos. A identidade faz-nos lutar pela sobrevivência de um grupo que queremos acreditar estar sob o mesmo destino manifesto. De certa forma, a identidade cria o outro.

Este contexto social, e não esqueçamos, cultural, vai ser determinante no comportamento político. E aqui por político referimo-nos ao comportamento na polis, na civis, enquanto cidadãos.

No pensamento de Carl Schmitt a política está assente na dinâmica amigo-inimigo, e esta é uma dinâmica que nasce da percepção de nós e dos outros, do entendimento entre o que nos une e o que nos separa.

Os paradigmas dentro do grupo são a canonização de todo um padrão cultural que se vai manifestar em comportamentos e atitudes. Fora do grupo está o outro, senão totalmente desconhecido, pelo menos não familiar, estranho e por isso, a desconfiar. Este desconhecimento pode gerar medo, fascínio, indiferença, mas é tão mais forte quanto as diferenças culturais e sociais e quão mais próximo está de nós e da nossa vida.

De que maneira é gerida a questão da identidade nacional na comunicação entre Estados? A dinâmica amigo-inimigo está apenas dependente do contexto político ou está assente numa geopolítica da memória que é também ela determinante e determinada pela identidade política, social e cultural?

Estas questões são especialmente pertinentes no cenário actual, em que a interculturalidade acorda velhos medos – atentemos à questão os refugiados e à questão europeia, por exemplo."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Tendências e Modelos de Teoria Política**

**Moderadora:** Joyce Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Título da Comunicação:** *Fascismo e Ideologia: a cosmovisão dos líderes*

**Autor:** Carlos Manuel Gonçalves Pereira Martins (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

Se é certo que os primeiros estudos sobre o fascismo menosprezavam a ideologia, tal paradigma começou a mudar a partir dos anos 60, graças a autores como Ernest Nolte, A. James Gregor ou, posteriormente, Zeev Sternhell, que optaram por olhar para a ideologia como uma componente fundamental para compreender o fascismo. Contudo, a imensa produção académica sobre o assunto ainda não esgotou a pertinência de um estudo que se foque exclusivamente na ideologia dos líderes fascistas europeus do período de entre guerras e que vá além dos líderes que alcançaram o poder executivo: Mussolini e Hitler. Assim, o nosso estudo recorre à análise conceptual de Michael Freeden para descobrir quais os conceitos centrais da ideologia dos líderes fascistas, de que forma estes conceitos são definidos e quais as interligações que se estabelecem entre eles. Recorrendo a Payne, Griffin e Eatwell, estabelecemos que a estrutura conceptual da ideologia fascista é composta pelos seguintes conceitos centrais: “nação”, “estado”, “corporativismo”, “revolução”, “autoridade”, “violência” e “império”. O nosso objetivo é o de verificar de que forma cada um destes conceitos surge na estrutura ideológica de sete líderes: Benito Mussolini, Adolf Hitler, Rolão Preto, Primo de Rivera, Corneliu Codreanu, Oswald Mosley e Marcel Déat.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Tendências e Modelos de Teoria Política**

**Moderadora:** Joyce Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Título da Comunicação:** *O contributo de Axel Honneth para a teoria política internacional*

**Autor:** Paulo Vitorino Fontes (CICP – Universidade de Évora)

**Resumo**

O trabalho do filósofo Axel Honneth e a sua conhecida Teoria do Reconhecimento ganharam importantes debates nos últimos anos. Honneth ao estender a sua teoria à teoria política internacional opõe-se à conceção utilitarista dominante de que os governos nacionais orientam a sua ação essencialmente em relação a fins e mostra que os atores estatais orientam o seu agir a partir de um substrato moral, procurando o respeito e o reconhecimento da comunidade por eles representada. Deste modo, serão destacadas as razões a favor de uma maior consideração da dimensão do reconhecimento na explicação das relações internacionais e exploradas as implicações normativas que surgem a partir de tal mudança de paradigma para a compreensão e o tratamento das relações internacionais. Em suma, pretende-se analisar a teoria política internacional de Honneth, que remete para ao fim das grandes narrativas e para a ampliação da agenda política a partir das reivindicações plurais dos novos movimentos sociais e mostrar algumas das suas debilidades e potencialidades.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Tendências e Modelos de Teoria Política**

**Moderadora:** Joyce Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Título da Comunicação:** *From rational choice to emotional vote: an approach to political neuromarketing*

**Autores:** Juan Montabes Pereira e Macarena Álvarez Avilés (Universidad de Granada)

**Resumo**

"Traditional theories of Political Behavior first showed the importance of cleavages in determining political preferences, and then, they demonstrated that electors didn't decide their political choice by thinking about the best options, but by their identification with different parties or ideologies. After that, rational behavior school proved that certain voters also considered which options maximized their benefits to vote it. Today, we can't obviate the fact that electors make choices due to the fact that stimuli, speeches, leaders or context cause emotions in them.

In Economics, for a long time they have been studying how certain elements provoke reactions in our brain and that make us take decisions. What we try to explain now is how this happens similarly in Political Behaviour, and that causes that traditional theories of this area should be completed with this new field, Political Neuromarketing, to be able to explain accurately electors' choice today. This is an initial approach about how emotions studies could make successful alliances between our discipline and neurosciences."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Tendências e Modelos de Teoria Política**

**Moderadora:** Joyce Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Título da Comunicação:** *Online Research in Political Science: A Meta-Analysis of the Scope and Profile of a Rising Trend (2005-2015)*

**Autores:** Ana Maria Belchior (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Diogo Spencer (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Hugo Ferrinho Lopes (ICS – Universidade de Lisboa), Pedro Alexandre Jorge (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Ana Rezende Matias (CIES – Instituto Universitário de Lisboa) e Ricardo Taveira Rodrigues (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

The use of online resources in political science research has been steadily growing in the last decades. Among the online research tools, web surveys have apparently been increasingly used. Notwithstanding this perception, little is known regarding the patterns of this trend. Aiming at contributing to fulfil this gap, we characterize the scope and profile of the research using online surveys in political science. We use a meta-analysis supporting on a broad sample of articles using web surveys published in international academic journals (a total of 211 articles, 229 web survey studies, and 17 journals), between 2005 and 2015. This time span covers a period when the internet usage among researchers supposedly knew a significant growth. Our goal is to characterize how online surveys have been used in this past decade in political science, supporting on two main dimensions of analysis: the scope, regarding the geographical and chronologic aspects of the research; and the profile, reporting to the methodological features and the goals of the research.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa na Proximidade da União Europeia**

**Moderadora:** Ana Paula Brandão (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Comentadores:** Teresa Cierco (IPRI/Universidade do Porto) e André Matos (IJP – Universidade Portucalense)

**Título da Comunicação:** *The internal-external nexus and security actorness: effects of the securitization move in EU-Russia relations*

**Autoras:** Ana Paula Brandão (CICP/EEG – Universidade do Minho) e Maria Raquel Freire (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

The construction of EU security actorness has been accompanied by a narrative on internal-external security nexus. This trend has been reinforced in recent years as demonstrated by the discourse on the Daesh, foreign fighters and hybrid threats. The nexus is the result of a co-constitutive adequacy: appropriation of policies and instruments of a multifunctional actor for security purposes; securitization of issues in order to promote the actor and its policies. The research focuses on the nexus in the fight against terrorism in EU-Russia relations and reflects about its rationale and effects. The main obstacle to cooperation results from the EU's use of political conditionality. In addition, the historical deficit in mutual trust, compounded by the Ukraine crisis, and the heterogeneity of legal cultures are also factors that deserve to be mentioned. The main contribution of the paper is to think critically on how security narratives and securitization processes serve convergent processes of gaining political and public space for legitimising policies and actions, whereas ending up building obstacles to cooperation by the different underlying assumptions that may constitute the securitization move. Thus the paper seeks to unpack why the 'common threat', that would constitute a platform for cooperation, becomes in the end an obstacle to this.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa na Proximidade da União Europeia**

**Moderadora:** Ana Paula Brandão (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Comentadores:** Teresa Cierco (IPRI/Universidade do Porto) e André Matos (IJP – Universidade Portucalense)

**Título da Comunicação:** *Dez anos de independência do Kosovo: Avaliação do papel da UE para a consolidação e estabilização política e económica*

**Autores:** Liliana Reis (Universidade da Beira Interior; IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e Bruno Costa (Universidade da Beira Interior – Labcom. IFP)

**Resumo**

"Depois de dez anos da Declaração da independência, o Kosovo debate-se, ainda, com vários desafios do ponto de vista da consolidação do Estado de Direito e da emancipação da economia. O “protectorado” da União Europeia relativamente a este recente país têm-se mantido quer sob o ponto de vista das ajudas comunitárias, quer sob o ponto de vista do prolongamento da missão civil EULEX. Porém, o Acordo de Associação e Estabilização de Abril de 2016, confirma o empenhamento da U.E. para a estabilização do Kosovo e, porventura, para uma futura adesão à U.E., dependendo não somente dos resultados alcançados pelo jovem país, relativamente aos critérios de Copenhaga, mas também à implementação do diálogo com a Sérvia e os Estados membros que continuam a não reconhecer a independência do Kosovo. Ora, perante o cenário que se vive na U.E. e as idiosincrasias persistentes neste recente Estado afigura-se como pouco provável a sua adesão nos próximos anos à UE.

Assim, este artigo procura dilucidar o papel da U.E. para a consolidação e estabilização do Kosovo no período pós independência e responder os desafios que se apresentam ao Kosovo no futuro e à sua relação com a U.E."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa na Proximidade da União Europeia**

**Moderadora:** Ana Paula Brandão (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Comentadores:** Teresa Cierco (IPRI/Universidade do Porto) e André Matos (IJP – Universidade Portucalense)

**Título da Comunicação:** *Potencial estratégico da Macaronésia na segurança marítima europeia*

**Autor:** José António Palmeira (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Resumo**

A Macaronésia, região constituída pelos arquipélagos de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores, no Atlântico, institucionalizou-se como um espaço de cooperação em 2010, com o apoio dos três Estados envolvidos (Portugal, Espanha e Cabo Verde), bem como da União Europeia (UE) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Integrada por um Estado africano que tem uma Parceria Especial com a UE (Cabo Verde) e por três regiões ultraperiféricas da UE - uma espanhola (Canárias) e duas portuguesas (Madeira e Açores) -, a Macaronésia definiu como áreas de cooperação, entre outras, a investigação oceanográfica, os transportes marítimos e a segurança marítima. O propósito deste trabalho é analisar o potencial estratégico da Macaronésia na segurança marítima europeia, considerando que este espaço geopolítico se situa no cruzamento de importantes rotas marítimas internacionais, designadamente a oeste do estreito de Gibraltar e nos eixos euro-africano e euro-latino-americano (incluindo o canal do Panamá). Em causa estão o tráfego marítimo de mercadorias, incrementado com a liberalização do comércio mundial, e as ameaças à segurança, provenientes de situações de tráfico de seres humanos e estupefacientes, bem como de crimes ambientais, procurando analisar-se o potencial desta cooperação regional na sua prevenção e combate.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa na Proximidade da União Europeia**

**Moderadora:** Ana Paula Brandão (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Comentadores:** Teresa Cierco (IPRI/Universidade do Porto) e André Matos (IJP – Universidade Portucalense)

**Título da Comunicação:** *The IN-OUT nexus and securitization: explaining Russia military projection in Europe's vicinity*

**Autoras:** Sandra Fernandes (CICP/EEG – Universidade do Minho) e Rita Costa (Universidade do Minho)

**Resumo**

The Russian use of force has gained impetus both with the annexation of Crimea in March 2014 and the intervention in the Syrian theatre in the context of the war against terrorism, initiated in 2015. In the EU neighbourhood, Russia is seen negatively as using hybrid warfare methods (Le Brun 2017). In the Middle East, Russia proclaims that its fight against global terror is the continuity of its internal combat in the North Caucasus region (Putin, 2015). This paper aims at understanding how Russia has been shaping its external action and, in particular how it has legitimized its new force projection. We argue that the domestic fight against the Chechen insurgency is key to understand the recent Russian assertion. We explore the linkages between the Chechen separatist movement and the Russian anti-terrorism policy, namely how the “securitisation” of the Chechen separatism as an internal-external threat and the Russian intervention in Syria are related. By emphasizing the Russian construction of the terrorist threat as an IN-OUT security challenge, the case-study allows for the exploration of the utility of combining the security nexuses literature with the securitization one.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Descolonização e o seu impacto nas Relações Internacionais**

**Moderador:** Pedro Aires Oliveira

**Título da Comunicação:** *A Organização das Nações Unidas e o seu Impacto na Internacionalização da Questão Colonial Portuguesa*

**Autora:** Aurora Almada (IHC/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

Estabelecida nos finais da II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas tornou-se num espaço para a mutação dos paradigmas que até então tinham permitido fundamentar a dominação colonial. O papel das Nações Unidas como uma das promotoras do ímpeto para a descolonização encontrou justificação no facto de os novos fóruns da diplomacia internacional estabelecidos no pós-guerra terem-se tornado em espaços de confronto entre as potências coloniais e os seus oponentes anticoloniais. Em meados da década de 1950, iniciou um longo diferendo com o governo português, que, defensor de uma ideologia colonial em que a “missão histórica” portuguesa de colonizar e civilizar tinha um papel fundamental, recusou qualquer solução negociada com os movimentos anticoloniais, recorrendo à repressão militar para conter as aspirações independentistas. Tendo conseguido resistir mais do que as restantes potências coloniais, o governo português não foi no entanto imune às pressões da Organização. Na nossa comunicação pretendemos equacionar como a função normativa das Nações Unidas e a utilização da persuasão moral enquanto ferramenta de acção não deixaram de fazer sentir a sua influência sobre o governo português, demonstrando em simultâneo as limitações da acção da própria Organização.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Descolonização e o seu impacto nas Relações Internacionais**

**Moderador:** Pedro Aires Oliveira

**Título da Comunicação:** *A Aliança Ímpia: a contestação ao conluio entre a África do Sul, Rodésia e Portugal (1961-1974)*

**Autor:** Vicente de Paiva Brandão (Universidade de Cabo Verde)

**Resumo**

A aliança entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia ficou conhecida pela designação inglesa de “Unholy Alliance”, que começou a ser divulgada desde inícios da década de 60 predominando até 1974. Tratou-se de um conjunto de acontecimentos que estiveram na origem da difusão da coligação em causa e que, no essencial, diziam respeito à crise do Suez, em meados dos anos 50, às perturbações desencadeadas pela independência do Congo belga em 1960, e o princípio do conflito em Angola que ocorreu no ano seguinte. Estes desencadearam uma progressiva concentração das atenções internacionais no continente africano. Note-se que aquela foi objeto de abordagens diferenciadas, consoante se tratava de Portugal, da África do Sul, da Rodésia e dos respetivos adversários, nomeadamente, certos Estados africanos já independentes e governados por maiorias negras. A presente comunicação tem por objetivo compreender a oposição dirigida ao entendimento entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal no anos 60 e 70 do século passado.

---

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Descolonização e o seu impacto nas Relações Internacionais**

**Moderador:** Pedro Aires Oliveira

**Título da Comunicação:** *O contexto africano da descolonização portuguesa*

**Autor:** Luís Nuno Rodrigues (CEI/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

Historiografia recente tem chamado a atenção para a importância do contexto africano na fase tardia do colonialismo português, particularmente nos apoios concedidos pelos países do chamado “reduto branco” à resistência portuguesa à descolonização e ao esforço militar de Portugal em Moçambique e em Angola. Menos estudadas têm sido as tomadas de posição e mesmo o envolvimento de diversos países e organizações africanas no período pós-25 de abril e a sua importância no modo como a descolonização portuguesa acabou se desenrolar. Esta comunicação procura colmatar essa lacuna, debruçando-se sobre três contextos específicos em que a intervenção da OUA e de países africanos se revelou decisiva: as sucessivas tomadas de posição da OUA, desde os dias que se seguiram ao golpe militar de abril de 1974 até à cimeira de chefes de Estado e do Governo da referida organização em junho de 1974; a mediação do Senegal relativamente às primeiras conversações sobre a Guiné-Bissau, logo após o 25 de abril de 1974; a reunião de António de Spínola com Mobutu Sesse Seko, em Cabo Verde, em meados de setembro de 1974, para discutir o futuro de Angola.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Descolonização e o seu impacto nas Relações Internacionais**

**Moderador:** Pedro Aires Oliveira

**Título da Comunicação:** *Por que não houve frente unida colonialista na ONU? As conversações quadripartidas entre Potências Coloniais 1945-1960*

**Autor:** Bruno Cardoso Reis (CEI/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

"Por que é que as potências coloniais não formaram uma frente unida para resistir à pressão internacional para descolonizar? Independentemente das suas diferenças, todos partilhavam o interesse em fazê-lo na ONU, certo? Esclarecer este puzzle é crucial para entender melhor a descolonização como um fenómeno verdadeiramente internacional. Para o fazer iremos analisar reuniões quadripartidas pouco conhecidas entre as principais potências coloniais em África (Bélgica, França, Grã-Bretanha, Portugal). Elas oferecem espelhos que refletem diferentes modelos institucionais, nomeadamente nas relações entre ministérios coloniais e dos estrangeiros. São uma oportunidade para comparar as várias estratégias internacionais das principais potências coloniais. O nosso objetivo é alargar o alcance do debate sobre a descolonização como o fenómeno central da política global contemporânea. Olhando não só para a Grã-Bretanha e a França, mas também para a Bélgica e Portugal, que controlam vastos territórios na África. Argumentarei que, embora essas reuniões de altos funcionários mostrem que partilhavam uma certa visão realidade internacional, nomeadamente muito crítica da Assembleia Geral da ONU e dos países recém-independentes, muito confiante da superioridade ocidental, isso não resultou em uma convergência estratégica, principalmente porque, na sua raiz, o colonialismo é profundamente nacionalista. Ainda saiu destas conversações assim um mínimo grau de solidariedade contra o anti-colonialismo."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Political representation in post-crisis Portugal: change or continuity?**

**Moderador:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Comentador:** Enrico Borghetto (NOVA FCSH)

**Título da Comunicação:** *Ideological and policy representation in Portugal, before and after the Great Recession, 2008-2017*

**Autores:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Emmanouil Tsatsanis (CIES – Instituto Universitário de Lisboa) e Augusta Correia (CIES – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

"For the sake of democratic quality, it is expected that there is some congruence between voters and representatives in terms of policy preferences, namely when we segment both mass and elite groups by political parties, to assure that public policies reflect citizens' policy preferences. We know from previous studies (2008 and 2012-13 surveys) that, first, the left-wing MPs are more aligned with their voters in socioeconomic issues than in cultural issues, as compared with their peers on the right. On the contrary, the right-wing parties are more aligned with their voters in cultural issues than in socioeconomic issues, as compared with their peers on the left. Moreover, it is known that the mismatch between right-wing MPs and their constituents on socioeconomic issues was aggravated during the Troika years due a significant move to the neoliberal right by the PSD elite which was not accompanied by PSD voters. The purpose of the present paper, is to see what changed in this respect after the 2015 national elections and the consequent change in government. We analyse these issues relying on a set of mass and MPs surveys, 2008-2012-2016, and use different techniques to measure MPs-Voters' congruence in terms of policy preferences.

Keywords: Policy representation; Ideological representation; crisis; democratic crisis; democratic renewal; Portugal."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Political representation in post-crisis Portugal: change or continuity?**

**Moderador:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Comentador:** Enrico Borghetto (NOVA FCSH)

**Título da Comunicação:** *Gender and political representation before and after the Great Recession, 2008-2017*

**Autores:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Ana Prata (California State University Northridge) e Sofia Serra-Silva (ICS – Universidade de Lisboa; ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

"The social and economic crisis that developed after 2008 affected Portuguese women disproportionately and coincided with the implementation of gender quotas and a feminization of Parliament. These circumstances warrant an assessment of women's substantive representation during this time. In this article, we argue that the ideological congruence between citizens and MPs is a useful concept to understand how women, or any other social group for that matter, are adequately represented. Existent research showed that during the crisis (2008-2013), and especially for (left-right) socioeconomic issues, there was a move towards greater polarization at the elite level which was not matched at the voters' level. Moreover, this was mainly due to the centre-right party move further towards the neoliberal right, and that increased the already existent mismatch between MPs and their constituents on the right in socioeconomic issues. We want to see, within each of the parties, how evolved gender substantive representation, both in terms of socioeconomic and in terms of cultural issues, during the crisis. We analyse these issues relying on a set of mass and elite (MPs) surveys, 2008-2012-2016, and using different techniques to measure congruence (relative and absolute) between voters and MPs.

Keywords: Gender Policy representation; Gender Ideological representation; crisis; Portugal."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Political representation in post-crisis Portugal: change or continuity?**

**Moderador:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Comentador:** Enrico Borghetto (NOVA FCSH)

**Título da Comunicação:** *Democratic legitimacy and trust in political institutions in Portugal before and after the Great Recession: transitory or lasting effects?*

**Autores:** Emmanouil Tsatsanis (CIES – Instituto Universitário de Lisboa) e Conceição Pequito Teixeira (ISCSP – Universidade de Lisboa; CIES – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

"The paper explores changes in the attitudes of citizens in Portugal towards democratic institutions before and after the economic crisis that afflicted the country during the first five years of the current decade. Building upon previous work (Teixeira, Tsatsanis & Belchior 2014, 2016) the paper examines to what extent the steep decline of trust in institutions and satisfaction with democracy that was observed during the years of the crisis was a transient phenomenon or one with longer-term consequences for democratic legitimacy in Portugal. Using longitudinal data updated by a new mass-level survey (Freire, Lisi & Tsatsanis 2016), the paper has four research objectives: a) to contribute to the larger theoretical discussion concerning the impact of deep and protracted economic downturns on democratic legitimacy, b) to re-examine empirically the applicability of the distinction between diffuse and specific regime support in terms of the observed fluctuations in the attitudes of Portuguese citizens towards their political institutions, c) to examine how short-term political factors (e.g. government alternation) can affect such attitudes, and d) to examine whether the economic crisis has given rise to observable cohort effects on the ways in which the Portuguese relate to politics.

Keywords: Economic crisis; political trust; democratic legitimacy; regime support; Portugal"

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Political representation in post-crisis Portugal: change or continuity?**

**Moderador:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Comentador:** Enrico Borghetto (NOVA FCSH)

**Título da Comunicação:** *Variedade de eurocepticismo em tempos de crise: eleitores e deputados numa perspectiva longitudinal*

**Autores:** Vera Ramalhete (IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e Marco Lisi (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

A integração europeia tem sido um elemento importante no processo de consolidação das democracias da Europa do Sul, determinando uma clivagem entre partidos mainstream e partidos anti-sistema. Enquanto os primeiros se afirmaram como apoiantes incondicionais do processo de integração, os actores à margem do governo desenvolveram uma oposição ideológica intransigente e estável. Contudo, a emergência da crise tem alterado parcialmente este panorama. Nos partidos eurocépticos houve uma radicalização, mas divisões emergiram também nos partidos tradicionais, sobretudo no caso do Partido Socialista. Como mudaram as atitudes europeias dos eleitores e dos representantes ao longo da crise? Até que ponto no período da crise se manifestaram maiores divergências dentro dos partidos nas atitudes pró ou contra a União Europeia? A adaptação que se verificou a nível dos deputados reflectiu as mudanças dos eleitores? Para responder a estas questões, este paper baseia-se em inquéritos administrados junto dos eleitores e dos representantes em Portugal entre 2007 e 2016. O argumento principal é que existe uma variedade substancial de posições eurocépticas, que variam não apenas entre partidos mas também ao longo do tempo. Neste sentido, o estudo contribuiu para qualificar melhor o eurocepticismo, as suas determinantes e o impacto da crise sobre estas orientações.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Political representation in post-crisis Portugal: change or continuity?**

**Moderador:** André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Comentador:** Enrico Borghetto (NOVA FCSH)

**Título da Comunicação:** *Bridging the Gap? The changing relationship between the Socialists and Radical Left in Portugal*

**Autores:** Elisabetta De Giorgi (IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e João Cancela (IPRI – Universidade Nova de Lisboa; Universidade do Minho)

**Resumo**

As we write, the first socialist minority government supported by radical left parties is concluding its second year in office in Portugal. Looking at these parties ten years ago few, we argue, would have predicted the current political scenario. This work aims to explore the process that brought the Socialist Party, the Portuguese Communist Party and the Left Bloc close enough in order to cooperate with each other by supporting such an unprecedented government. Was it the fear of another legislature led by the centre-right coalition that pushed the three parties to find a common ground for discussion and collaboration in 2015? Or had this approaching process already started during (or even before) the economic crisis and the consequent austerity season? Last but not least, how has their relationship changed in the last two years, as they have been supporting the same executive since 2015? We will try to answer these questions through the combination of three different methods: the analysis of the results of the Portuguese MPs survey administered between 2007 and 2017; the investigation of the voting behaviour of the parliamentary party groups in the period 2005-2017; and the content analysis of the parliamentary parties' speeches in response to the annual speech on the State of the Nation given by the Prime Minister (2011-2017).

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Segurança Energética no Espaço Euro-Asiático**

**Moderadora:** Teresa Ferreira Rodrigues

**Título da Comunicação:** *Aplicação de um conceito de segurança energética à relação energética euro-russa*

**Autores:** Carla Patrício Fernandes (IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e António Paulo Duarte (Instituto da Defesa Nacional)

**Resumo**

"Tanto altos responsáveis da UE e da NATO, como académicos europeus e norte-americanos, inferem que a dependência que a Europa ocidental e central está dependente da "grande estratégia" russa. Estas afirmações resultam em geral de leituras sobre os fluxos económicos de energia, mormente, de gás entre a Rússia e os Estados da EU. São, a maioria das vezes, estas afirmações suportadas por premissas teóricas que já apontam de algum modo para as conclusões que os textos pretendem confirmar, isto é, a dependência da Europa em relação aos fornecimentos de energia da Rússia e a subordinação das políticas europeias às estratégias russas de poder.

A presente exposição procura, partindo de uma conceção teórica fundamentada sobre o que é a segurança energética e interpelar a visão exposta. Assim como refletir, com base numa conceção abrangente e holística de segurança energética, sobre o carácter complexo da relação euro-russa no que se refere aos fluxos de energia e às questões de segurança energética. Esta conceção abrangente e holística da segurança energética considera as questões de segurança energética como multidimensionais integrando não só as questões dos fluxos de energia, como as dimensões política (e diplomática), económica, tecnológica e climática, e militar."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Segurança Energética no Espaço Euro-Asiático**

**Moderadora:** Teresa Ferreira Rodrigues

**Título da Comunicação:** *Rússia: Segurança e Política Energética*

**Autoras:** Ana Campos e Anna Momotova (IPRI – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

A segurança energética é um aspeto fundamental para a segurança nacional de um Estado. Embora com diferentes desafios e prioridades, a segurança energética é igualmente importante para os países consumidores e produtores. A Rússia, um dos principais atores no sistema energético internacional, é um dos maiores produtores e exportadores de energia do mundo. Como tal, a sua segurança energética enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é a redução da procura energética nos mercados tradicionais, especialmente na União Europeia (UE). Este desafio é particularmente importante para a Rússia, pois esta depende fortemente da UE, o seu principal destino de exportação de recursos energéticos. Por outro lado, a UE depende também da Rússia para importar uma grande parte dos seus recursos energéticos e satisfazer as suas necessidades. De forma a reduzir esta dependência, a UE tem vindo a apostar na diversificação dos seus fornecedores, assim como numa política energética mais sustentável, nomeadamente através do aumento da produção de energias renováveis. Tendo em conta estas dinâmicas e esta relação de interdependência energética, esta comunicação pretende compreender a política energética da Rússia em relação à UE e quais são as medidas que esta tem vindo a desenvolver.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Segurança Energética no Espaço Euro-Asiático**

**Moderadora:** Teresa Ferreira Rodrigues

**Título da Comunicação:** *Uma análise à cooperação energética UE-Rússia: Desafios numa nova era de energia global*

**Autor:** Pedro Camacho (IPRI – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

A energia é um dos fatores mais importantes na relação da União Europeia (UE) e da Federação Russa. Uma relação histórica que envolve dois vizinhos energeticamente interconectados e com grandes desafios para a segurança energética e para o mundo. A importância desta relação é evidenciada pelo fortalecimento da cooperação energética e pela sua institucionalização com a criação do Diálogo Energético em 2000. No entanto, desde 2014, a relação energética UE-Rússia foi influenciada por eventos geopolíticos e vários canais institucionais de diálogo foram suspensos. À luz dos conceitos de segurança energética e de cooperação energética, este artigo analisa a cooperação energética UE-Rússia, com especial foco no Diálogo Energético, os seus objetivos e resultados. Também identificamos e analisamos possíveis medidas para fortalecer a cooperação bilateral face aos desafios colocados pela dinâmica geopolítica e a globalização da energia, após o futuro restabelecimento da cooperação.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Segurança Energética no Espaço Euro-Asiático**

**Moderadora:** Teresa Ferreira Rodrigues

**Título da Comunicação:** *Rússia, União Europeia e a energia: desafios e prospectiva*

**Autores:** José Félix Ribeiro e Franco Tomassoni (IPRI – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

"As relações entre a Rússia, um dos grandes produtores de recursos energéticos, e os Estados Membros da UE, dos maiores consumidores de energia, pode-se claramente definir com o termo de interdependência: na medida em que a UE precisa de comprar energia primária, e depende fortemente dos recursos russos, assim como as receitas russas dependem dos seus compradores europeus.

Todavia, esta relação não é isenta de dinâmicas que a transcendem: a dimensão internacional do mercado energético, as necessidades económicas e políticas internas. O mercado energético afeta imediatamente a relação entre a Europa e a Rússia, na medida em que define as políticas energéticas e o horizonte macroeconómico. Este mercado, nos últimos anos, tem sofrido ciclos de preços que afetaram diretamente consumidores e produtores. Ao mesmo tempo, a UE vive dificuldades crescentes no processo de integração, enquanto a Rússia, a jogar na arena geopolítica, debate uma reestruturação da sua economia assente na energia e no mercado das armas.

A partir destes fatores, pretende-se analisar os principais desafios para a relação energética euro-russa, e as suas possíveis evoluções futuras."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracias, regimes autoritários e conflitos internos: os desafios e os impactos dos mecanismos para lidar com o passado**

**Moderadora:** Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa)

**Comentador:** João Cancela

**Título da Comunicação:** *Transitional Justice and Security Sector Reform in Syria: Prospects and Challenges*

**Autor:** Adam Al-Alou (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

This paper examines the essential roles of both transitional justice and security sector reform (SSR) in building sustainable peace and establishing good (democratic) governance in post-war Syria. It does so by highlighting the significance of these two interrelated processes, and their special relevance to the Syrian context, while also explaining how they interact in a precarious post-war setting often characterized by low levels of security and high levels of public mistrust in the new system. Further, the article tries to assess the prospects and identify the challenges associated with implementing the measures of these transitional elements in Syria, while stressing the impact of institutional choices on the process and the trade-offs such choices could involve.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracias, regimes autoritários e conflitos internos: os desafios e os impactos dos mecanismos  
para lidar com o passado**

**Moderadora:** Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa)

**Comentador:** João Cancela

**Título da Comunicação:** *A Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista: comissão (histórica) de verdade?*

**Autora:** Joana Rebelo Morais (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

A Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista foi criada em Portugal, em 1977, para investigar os abusos cometidos durante a vigência do regime ditatorial inaugurado em maio de 1926 e derrubado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974. Surgiu por proposta do então Primeiro-Ministro, o socialista Mário Soares, como forma de combate ao ressurgimento de ideologias fascistas. Neste paper, analisaremos as características e o trabalho desta comissão à luz de dois conceitos existentes na literatura sobre justiça transicional: em primeiro lugar, o conceito de 'comissão de verdade', como é definido por Priscilla Hayner (2011), e em segundo lugar, o conceito de 'comissão histórica de verdade', como é definido por Eva-Clarita Pettai (2015). Trata-se de um trabalho pioneiro nesta área de investigação em Portugal, que permite a comparação da Comissão do Livro Negro com outras comissões congéneres criadas na Europa, na América Latina e em África.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracias, regimes autoritários e conflitos internos: os desafios e os impactos dos mecanismos para lidar com o passado**

**Moderadora:** Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa)

**Comentador:** João Cancela

**Título da Comunicação:** *O impacto das Campanhas de Dinamização Cultural (1974-75) no voto nas primeiras eleições democráticas em Portugal*

**Autores:** Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa), Filipe Lima (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), João Barroso (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), João Espada Rodrigues (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) e Paulo Couraceiro (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

A relação entre a mudança de regime e a cultura política tem sido amplamente analisada nos estudos sobre democratização. Alguns autores sugerem que a mudança para um regime democrático não requer atitudes democráticas e que estas podem surgir da prática democrática. A preocupação com as atitudes e comportamentos políticos dos portugueses esteve muito presente no primeiro ano da transição portuguesa. Essa preocupação foi encabeçada pelos militares do Movimento das Forças Armadas que a ela juntavam a causa da revolução. Assim, durante cerca de um ano, centenas de militares do MFA percorreram o território nacional em campanhas de 'dinamização cultural e ação cívica'. A escala de recursos humanos e materiais mobilizados, assim como a extensão do território percorrido, transformaram estas campanhas numa dimensão incontornável da democratização portuguesa e ao mesmo tempo muito pouco estudado pela literatura. Qual o efeito que estas campanhas efetivamente tiveram no comportamento de voto dos portugueses? Para responder a esta questão, este paper analisa estatisticamente a relação entre os resultados das primeiras eleições democráticas em Portugal por concelho e as campanhas promovidas pela 5ª Divisão do MFA entre Outubro de 1974 e Abril de 1975.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracias, regimes autoritários e conflitos internos: os desafios e os impactos dos mecanismos para lidar com o passado**

**Moderadora:** Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa)

**Comentador:** João Cancela

**Título da Comunicação:** *O impacto das comissões de verdade no mundo. Uma análise qualitativa a partir de dados de opinião pública*

**Autoras:** Joana Rebelo Morais (ICS – Universidade de Lisboa) e Filipa Raimundo (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

O que é que sabemos sobre as atitudes dos cidadãos acerca da revelação da ‘verdade’ no âmbito de processos de justiça transicional? Nos últimos anos, surgiram diversos estudos sobre a importância que os indivíduos atribuem à necessidade de divulgar a verdade sobre um passado não democrático ou conflito interno, assim como em relação à implementação de comissões especialmente dedicadas a cumprir essa função, as chamadas ‘comissões de verdade’, na Europa, América Latina e África. Esta comunicação analisará os contributos existentes nesta área, explorando dois aspetos: por um lado, as atitudes acerca da ‘verdade’ e do desempenho de certas ‘comissões de verdade’, e por outro lado, as conclusões acerca das determinantes do apoio ou rejeição ao trabalho desenvolvido por comissões de verdade em diversos países. Os contributos analisados incluem estudos de opinião sobre a população em geral e estudos centrados apenas nas vítimas, assim como uma diversidade de métodos, incluindo inquéritos face-a-face, inquéritos online e estudos experimentais. Pretende-se desta forma contribuir para um melhor entendimento acerca das expectativas que os decisores políticos e stakeholders poderão ter sobre a implementação de mecanismos de revelação da ‘verdade’, e particularmente do trabalho das comissões de verdade em diversos contextos.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Formulação e implementação de políticas públicas, estudos de caso**

**Moderador:** Luís Mota

**Título da Comunicação:** *30 Anos da Constituição de 1988: Três Poderes Fortes e sem Controle*

**Autor:** Charles Pessanha (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Resumo**

" A Constituição Brasileira de 1988, ao contrário das anteriores, foi a que mais se aproximou do desejado equilíbrio entre poderes. As versões anteriores fortaleceram o Executivo em detrimento dos outros poderes, exceto a de 1946, quando o Legislativo dispôs de prerrogativas competitivas. O Executivo incorporou parte das atribuições criadas durante o regime militar, como a legislação de emergência, a iniciativa de leis e emendas à Constituição. O Legislativo aumentou o controle externo sobre os outros poderes e o número autoridades cujas nomeações dependem de sua aprovação. O Judiciário teve, pela primeira vez, seu fortalecimento de direito e de fato com as funções corte de justiça, com revisão constitucional, e corte constitucional, como guardião da Constituição. O Ministério Público recebeu novas prerrogativas em flagrante oposição ao papel subalterno que lhe foi imposto nas Cartas ditatoriais. O outro lado desse fortalecimento, entretanto, tem sido a inexistência ou a ineficiência do controle externo sobre esses órgãos. A apresentação visa analisar de forma integrada e sistemática os órgãos de controle externo dos três poderes e do Ministério Público: o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, responsáveis pelo controle do Executivo, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, responsáveis, pelo controle externo do Judiciário e o Ministério Público da União. A análise incidirá sobre o formato institucional dos órgãos de controle, com ênfase no recrutamento de seus membros e na capacidade de enforcement. "

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Formulação e implementação de políticas públicas, estudos de caso**

**Moderador:** Luís Mota

**Título da Comunicação:** *Fatores críticos da Implementação de Projetos de Gestão dos Centros Históricos Património Mundial Cultural da UNESCO em Portugal*

**Autor:** Diamantino José Videira Matos Raposinho (Universidade de Aveiro; Universidade da Beira Interior)

**Resumo**

"A governação contemporânea coloca uma série de desafios a todos os níveis de decisão e em variadíssimas áreas. A crescente complexificação do processo de políticas públicas cria novos problemas e implica mais investigação na tentativa de compreender estes fenómenos.

A nível local estes fenómenos também têm vindo a influenciar os processos de formulação e implementação de políticas públicas, nomeadamente em áreas como a cultura. Sendo os municípios os principais financiadores públicos da cultura, estes assumem o papel central na gestão dos centros históricos classificados pela UNESCO como Património Mundial, em interligação com os outros níveis de decisão.

Este trabalho debruça-se, assim, sobre a análise da implementação de políticas públicas de gestão de 3 dos 4 centros históricos Património Mundial, em Portugal, localizados nas cidades de Évora, Guimarães e Porto.

Através da análise de documentação relevante e da condução de entrevistas a responsáveis locais, tentou-se compreender o processo de implementação das políticas públicas de gestão dos centros históricos e identificar quais os principais fatores críticos para esses processos.

Através da aplicação desta metodologia, foi possível observar que os fatores que foram descritos como mais decisivos prendem-se com as questões relativas ao financiamento e ao apoio político local."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Formulação e implementação de políticas públicas, estudos de caso**

**Moderador:** Luís Mota

**Título da Comunicação:** *Understanding Policy Adoption in Brazil: The Diffusion of the Ecological Fiscal Transfers Across the States*

**Autores:** Felipe Luiz Lima de Paulo e Pedro Jorge Sobral Camões (Universidade do Minho)

**Resumo**

The Ecological Fiscal Transfers (EFT) scheme was adopted by several Brazilian states since the 1990's to stimulate and compensate municipalities in order to achieve some environmental criteria. EFT are policy instruments that use a share of ICMS (a type of Value Added Tax) as fiscal transfers from states to municipalities. So far, sixteen of the twenty-six states have adopted the EFT. The objective of this paper is to explain, first, how the diffusion of EFT occurred in the period from 1990 to 2014 and, second, what explains the differences across states and timing of adoption. Two distinct bodies of literature developed to address these type of questions but, unfortunately, they grew theoretically and methodologically apart. One deals with the adoption of institutional reforms and policies across American states, addressing issues such as death penalty, lotteries, and the merit system although in a rather non-theoretical manner. The other addresses the political economy of adopting common policies across countries, such as regulatory reforms in Europe or privatization in Latin America. In an event history analysis framework, this paper, first, develops a theoretical framework based on transaction cost to explain the adoption of EFT and, second, empirically tests it within the specific institutional setting of Brazilian states.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Formulação e implementação de políticas públicas, estudos de caso**

**Moderador:** Luís Mota

**Título da Comunicação:** *Organizações Públicas e Comunicação Não Violenta junto aos Stakeholders Internos*

**Autora:** Vanessa de Souza Fraga (INSS; Universidade do Minho)

**Resumo**

Organizações públicas que visam a Nova Governança Pública se voltam para participação empoderada, colaboração de multi-atores, atuando em novas ferramentas de governo e múltiplas formas de accountability. A dinâmica de trabalho e sua operacionalidade pode gerar muitos conflitos entre os stakeholders (Freeman, 1984). Redes de políticas colaborativas, caracterizadas por propriedades discursivas, reciprocidade, representação, igualdade, tomada de decisão participativa e liderança colaborativa (deLeon, 2009), podem contribuir para dirimir conflitos organizacionais, que por vezes, são acompanhados de violência de todos os tipos moral, psicológica, entre outras. A hipótese deste trabalho baseia-se na premissa de que o diálogo e a empatia, baseados numa racionalidade interpretativa que trata das ações humanas num significado subjetivo, busca dirimir as distorções comunicativas e podem contribuir com a minimização dos conflitos violentos. O posicionamento teórico é amparado pelo que preconiza a Comunicação Não Violenta (CNV) (Rosenberg, 2005) que sugere resolver conflitos interpessoais usando habilidades de comunicação empática. Neste contexto, objetiva-se com este estudo investigar como promover práticas de CNV em organizações públicas. O método envolveu uma pesquisa bibliográfica, que apresenta nos resultados modelos de desenvolvimento da CNV com a apresentação de subsídios que sinalizam um caminho para a promoção da CNV em organizações públicas.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Formulação e implementação de políticas públicas, estudos de caso**

**Moderador:** Luís Mota

**Título da Comunicação:** *Quando o Estado se divide: Executivo, legislativo e judiciário brasileiro no caso dos derivados da Cannabis*

**Autores:** Verônica Cruz (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Marcelo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Resumo**

O artigo busca analisar os padrões de comportamento do Congresso Nacional, dos tribunais superiores e do órgão governamental responsável por questões sanitárias, a Anvisa, no processo decisório que regulamenta o uso do THC e Canabidiol no Brasil. A hipótese da pesquisa é a de que cada um dos poderes do estado brasileiro responde e age entre si de uma maneira diferenciada e conflituosa ao mesmo desafio de introduzir essas substâncias derivadas da Cannabis no tratamento de enfermidades no país. Enquanto a Anvisa apresenta uma abordagem mais técnica, num padrão que poderia ser classificado como ética da responsabilidade, o Judiciário e o Legislativo são movidos mais pela ética da convicção. Os tribunais têm adotado uma postura mais liberal, e o Congresso se divide entre valores conservadores de simples veto e uma maior sensibilidade às pressões oriundas das famílias de pessoas enfermas. Para este estudo de caso, o trabalho adota o paradigma pluralista como referencial teórico para a análise do processo decisório de políticas públicas.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracia, Direitos Humanos e Paz**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Título da Comunicação:** *Os Direitos Humanos e a qualidade democrática da Turquia – uma avaliação quantitativa da governação do AKP*

**Autor:** André Matos (IJP – Universidade Portucalense)

**Resumo**

"A Turquia é o mais antigo candidato da União Europeia. Por motivos de variada ordem, a sua adesão plena tem sido sucessivamente adiada, originando alguma tensão entre os dois agentes, cujo relacionamento tem sido marcado por uma elevada instabilidade, objeto de estudo de muitos investigadores como caso sui generis da política externa europeia.

Um dos motivos pelos quais a adesão tem sido protelada prende-se com o desrespeito pelos Direitos Humanos, agravado ao longo dos últimos anos de governação do AKP e do atual Presidente da República, Recep Tayyip Erodgan.

A presente comunicação tem como objetivo aplicar o modelo teórico construído pelo autor, avaliando o desempenho democrático da Turquia durante a governação do AKP.

A conclusão, que se afigura preocupante para um Estado signatário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e membro do Conselho da Europa, tem implicações na segurança – jurídica e de facto – da população turca, para além de dificultar o processo já per se delicado e exigente da adesão à União Europeia."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracia, Direitos Humanos e Paz**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Título da Comunicação:** *O Apoio Popular à Liderança de Erdogan: retórica populista na base da “Nova Turquia”*

**Autora:** Raquel dos Santos Fernandes (Universidade do Minho)

**Resumo**

O apoio popular à liderança de Erdogan representa um novo paradigma na «Nova Turquia», não só pelas amplas bases sociais que o constituem, mas também pela estratégia política empregue pelo líder em torno de uma aliciante política identitária. Se, por um lado, existem aspetos estruturais na população que a tornam sensível ao discurso do líder (essencialmente radicados entre as populações mais rurais e conservadoras), por outro, existem aspetos contingenciais das próprias circunstâncias sociais e económicas e das perceções individuais sobre a realidade internacional e o lugar da Turquia nesse espaço que lhe potenciam o apoio de outros grupos sociais (elites empresariais, jovens neoliberais e nacionalistas turcos), e que proporcionam as condições necessárias para a consolidação do seu poder. A inclusão de uma retórica populista permitiu-lhe instituir um regime que aproxima a sociedade do Estado e, nessa linha, o objetivo desta comunicação consiste em desfragmentar o quadro populista estabelecido na Turquia enquanto mecanismo para a fixação de um regime híbrido, nomeadamente, o autoritarismo eleitoral.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracia, Direitos Humanos e Paz**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Título da Comunicação:** *A primazia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em relação a intervenções militares em África e a Arquitectura de Paz e Segurança Africana*

**Autor:** Ricardo Real P. Sousa (Universidade Autónoma de Lisboa)

**Resumo**

Desde o final da Guerra Fria a reafirmação do regionalismo no sistema internacional tem o potencial de desafiar a primazia do Conselho de Segurança da ONU (CS ONU) nas decisões sobre intervenções militares. Este artigo investiga esta hipótese em África utilizando o modelo de estruturas históricas de Robert Cox com elementos de construtivismo convencional. Os resultados são que: a ideia da regionalização da segurança ganhou expressão académica desde a década de 1990; normas e políticas interorganizacionais têm sido desenvolvidas de forma a acomodar a possibilidade de excepções à primazia do Conselho de Segurança da ONU nos casos em que a União Africana aguarda uma resposta do Conselho; existe um número significativo de intervenções militares sem autorização do CS ONU entre 1990 e 2010, mas após 2010 não existe nenhuma nova intervenção militar sem autorização ou reconhecimento do CS ONU; a fraca capacidade institucional dos atores africanos inibe uma política mais intervencionista sem autorização do CS ONU, mas a África do Sul e em alguma medida a Nigéria têm o potencial de moldar o tipo de intervencionismo em África, tal como outros atores têm capacidade e predisposição para pontualmente intervir militarmente nas suas sub-regiões.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracia, Direitos Humanos e Paz**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Título da Comunicação:** *Os direitos das minorias nos Balcãs Ocidentais: a relevância da cultura cívica*

**Autora:** Teresa Cierco (IPRI/Universidade do Porto)

**Resumo**

"O exercício dos direitos humanos, incluindo a proteção contra a discriminação, é determinado, acima de tudo, pelo sistema de valores existente na sociedade. Este deve assentar na tolerância, igualdade e liberdade de expressão, entre outros. Apesar destes valores estarem já consagrados nas constituições dos vários países dos Balcãs Ocidentais, na prática, os grupos minoritários continuam a ser vítimas de discriminação no seio da sociedade. Neste capítulo defendemos que a cultura cívica que predomina nesta região constitui um obstáculo ao respeito pelos direitos humanos. A desconfiança, a intolerância e o preconceito face às minorias, sentimentos que ainda predominam na sociedade destes países, impede a criação de um clima favorável ao respeito pelos direitos humanos e, consequentemente, à proteção e salvaguarda dos direitos das minorias."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Democracia, Direitos Humanos e Paz**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Título da Comunicação:** *A mirror image of fundamentalism in newly democratizing states: A comparative study of the emergence of religious nationalism in Indonesia and Myanmar*

**Autora:** Erna Anjarwat (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

The study elaborates the emergence of religious nationalism and fundamentalism in newly democratizing states of Indonesia and Myanmar. Adopting Juergensmeyer's theory of "Cosmic War," which is built upon the post-modern perspective of peace and conflict studies, the study in particular aims to investigate how religious nationalism and fundamentalism are understood in the phase of democratic transition and consolidation that challenge the hegemony of "Western" secularization. By critically looking at the movement of religious fundamentalist groups and the characters of religious violence took place from 1997 to 2017 in both states, the objective of the study is also geared to contribute to the body of literature and the current debate on the intersection of religion and politics, especially on the failure of secular democracy in building a peaceful society and protecting human security. Using a qualitative inquiry, the study embraces a critical interpretive paradigm, for which comparative analysis is well suited. The aim is to stimulate original insights and in-depth understanding of this critical intersection, while attempting to address the complexity of a mode of politicized religion and its given affects to the protection of religious freedom and pluralism amid the nowadays ongoing war against terrorism.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI**

**Moderadora:** Isabel Camisão

**Título da Comunicação:** *As relações União Europeia-Rússia: um caso de multilateralismo multinível*

**Autora:** Sandra Fernandes (EEG – Universidade do Minho)

**Resumo**

O artigo analisa a ação externa da União Europeia (UE) e a forma como produz formas multilaterais de interação, em particular na relação com a Rússia. O relacionamento viveu um curso de deterioração na última década apesar de ser instrumental na (não) resolução das questões regionais e globais. Bruxelas almeja, desde 2003, um “multilateralismo efetivo”, na interação com terceiros, para promover a governação global e os valores das Nações Unidas e da UE. Olhando para a complexidade da política externa da União, argumenta-se que as suas relações com terceiros não podem ser reduzidas a meras interações bilaterais. A análise evidencia três níveis distintos e coexistentes de multilateralismo onde ocorrem tensões explicativas do modelo de relacionamento EU-Rússia. (1) O quadro de cooperação institucional UE-Rússia é único e produz resultados próprios não alcançados noutros formatos. (2) O nível nacional interfere com o anterior na medida em que os Estados membros pesam, formal e informalmente, nas dinâmicas internas da UE e porque o nível multilateral pode estar indisponível para certas agendas. (3) Os dois atores atuam num quadro mais global, pertencendo a organizações internacionais (ONU, OSCE, Conselho da Europa, OMC) que prescrevem comportamentos e fornecem regimes enquadradores da própria relação.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI**

**Moderadora:** Isabel Camisão

**Título da Comunicação:** *As potências emergentes e o recurso ao multilateralismo – o caso do Brasil*

**Autora:** Carmen Fonseca (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

"Historicamente, o recurso do Brasil aos mecanismos multilaterais tem sido uma constante. Alguns autores sugerem que no caso das Potências Médias o multilateralismo pode constituir-se como uma oportunidade ou um obstáculo à prossecução do interesse nacional (Alden e Vieira, 2005). No mesmo sentido, Andrew Hurrell (2006 e 2000) considera que as Potências Emergentes recorrem aos instrumentos institucionais e multilaterais como forma de aumentar o seu poder, controlar o poder do mais forte ou mudar as regras internacionais dominantes, sendo a construção de coligações a tradicional forma de influência destes Estados. Centrando-se nos governos brasileiros desde o fim da Guerra Fria, o artigo discute de que forma o multilateralismo se apresentou como um instrumento da política externa do Brasil com vista a aumentar a sua influência internacional ou a defender o interesse nacional. Admitindo que foi durante os governos do Presidente Lula da Silva que se verificou uma instrumentalização mais visível do multilateralismo, tentar-se-á compreender em que momentos as prioridades de política externa foram complementadas com a dimensão multilateral."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI**

**Moderadora:** Isabel Camisão

**Título da Comunicação:** *O Multilateralismo e a paz liberal*

**Autora:** Licínia Simão (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

O artigo aborda as questões da promoção da paz e a sua relação com a prática multilateral. Embora a regulação das questões da segurança internacionais seja um dos objetivos centrais da prática multilateral, desde a sua institucionalização no pós-II Guerra Mundial, a promoção da paz representa hoje um campo muito amplo e diversificado. Partindo da discussão do conceito de paz liberal e das práticas de promoção da paz em contextos pós-conflito, este artigo procura mapear as formas de multilateralismo associadas a estes processos e problematizar as configurações multilaterais emergentes neste novo contexto. A proliferação de actores estatais e não-estatais envolvidos na promoção da paz liberal e a diversificação de áreas de acção, articuladas no objectivo de construção da paz (peacebuilding) e de Estados (statebuilding), colocam desafios à prática multilateral tradicional, no âmbito das organizações regionais ou internacionais. O artigo discute a forma como a prática multilateral da gestão das questões de segurança se alterou, em resultado da nova agenda da paz liberal, focando-se nos desafios levantados pela coexistência de modelos estado-cêntricos hierárquicos e formas de governação em rede, lideradas por actores não-estatais.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI**

**Moderadora:** Isabel Camisão

**Título da Comunicação:** *Construindo uma Nova Ordem Económica Asiática: Uma Perspetiva de Economia Política Internacional*

**Autor:** Luís Mah (CESA/ISEG – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

Desde os finais dos anos 1990s, a Ásia Oriental tem assistido a grandes transformações políticas, económicas e sociais. O comércio intra-asiático está a crescer rapidamente através de acordos bilaterais e multilaterais destinados a fortalecer as relações comerciais. O lançamento da Comunidade Económica da ASEAN em 2016, a reativação do Acordo de Associação Transpacífico liderado pelo Japão (depois do abandono dos EUA) e a pressão renovada da China para uma Parceria Económica Compreensiva Regional (PECR) revelam o interesse em manter o dinamismo comercial e financeiro da região. Em duas décadas, a China tornou-se o principal parceiro comercial da maioria dos países da Ásia Oriental substituindo os EUA e a União Europeia e tem vindo a reforçar os laços económicos com a região através de iniciativas como Uma Faixa e Rota e a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII). A Ásia Oriental está destinada a liderar o mundo em termos de crescimento económico e dinamismo nos próximos tempos. Este capítulo analisa de forma crítica as características e implicações teóricas desta Nova Ordem Económica Asiática (NOEA).

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Mesa-Redonda – Os desafios à segurança na Europa pelo olhar de académico e profissionais das  
Relações Internacionais**

**Moderadora:** Daniela Nascimento

**Comentadores:** Embaixador Francisco Seixas da Costa; Carlos Gaspar (IPRI – Universidade Nova de Lisboa); Laura C. Ferreira-Pereira (CICP – Universidade do Minho)

**Resumo**

Esta mesa-redonda visou estimular a reflexão e o debate sobre os desafios à segurança na Europa, a partir das diferentes visões e posicionamentos de personalidades portuguesas com reconhecido mérito, dentro e fora da academia, na área das Relações Internacionais.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Rendimento básico incondicional**

**Moderador:** João Cardoso Rosas

**Comentador:** Roberto Merrill

**Título da Comunicação:** *Redistributive impacts of UBI and UBI amount*

**Autor:** João Vasco Gama (NOVA SBE – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

The amount awarded per person as an UBI rent may have an impact on labor supply, and thus on wages. Two critical parameters determine this relation: the elasticity of labor supply, and the marginal productivity of labor. Hence, there are two main redistributive vectors of UBI, from participants in the labor market to non-participants via fiscal financing of UBI, and from renters to participants in the labor market via wage increase. To get maximum political support for UBI, one may hope to guarantee that participants in the labor market get more from renters than they lose by financing non-participants. To achieve this goal, the UBI amount per individual must depend on the elasticity of labor supply, and the marginal productivity of labor in the society where UBI is implemented. The maximum value of disposable income for participants in the labor market as a function of these parameters is derived. For adversarial assumptions, it is shown that UBI has the potential to increase substantially the disposable income of participants in the labor market.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Rendimento básico incondicional**

**Moderador:** João Cardoso Rosas

**Comentador:** Roberto Merrill

**Título da Comunicação:** *Rendimento Básico Incondicional, segurança económica e igualdade de género*

**Autora:** Lina Coelho (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

O RBI não é consensual entre feministas. De um lado, defende-se o seu potencial para corrigir o enviesamento inerente aos sistemas de segurança social a favor do trabalho remunerado e em menosprezo do trabalho não remunerado, bem assim como o seu contributo para o reforço da autonomia e do poder económico das mulheres dentro da família. Do outro, argumenta-se que o RBI não contribuirá para alterar a divisão tradicional do trabalho entre homens e mulheres, podendo até reforçá-la. Esta comunicação propõe-se discutir o potencial do RBI para assegurar a segurança económica de todas as pessoas enquanto pilar indispensável para a realização efetiva dos outros direitos humanos, incluindo a igualdade de género. A discussão usará como referenciais o modelo de “cuidador universal” de Nancy Fraser (1994) e a crítica feminista das teorias dominantes sobre justiça e cidadania de Almaz Zelleke (2011). Argumenta-se nomeadamente que, ao assegurar mínimos de segurança económica para todas as pessoas, o RBI promove a autonomia económica e o estatuto social das mulheres mais desfavorecidas, constituindo desse modo uma ferramenta incontornável para superar as desvantagens interseccionais entre género, classe e raça, entre outras.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Rendimento básico incondicional**

**Moderador:** João Cardoso Rosas

**Comentador:** Roberto Merrill

**Título da Comunicação:** *Há lugar para um Rendimento Básico Incondicional na lista de Martha Nussbaum?*

**Autor:** Hugo Rajão (CEPS – Universidade do Minho)

**Resumo**

O que têm em comum Van Parijs e Martha Nussbaum? Ambos concebem a liberdade para lá do binómio liberdade negativa/positiva e preconizam um certo tipo de incondicionalidade. O que os diferencia? A diferença mais relevante prende-se sobretudo com a maneira como encaram a esfera material/substantiva da liberdade. Enquanto que o primeiro é apologista da distribuição de um RBI, a segunda opta por uma lista composta por dez capabilities. Encontro, no entanto, aqui alguma ambiguidade. Se por um lado, o conceito de capability é, entre outras coisas, utilizado como uma alternativa a uma abordagem centrada em recursos, por outro a posse individual dos mesmos, nomeadamente rendimento, parece ser uma pré-condição necessária, embora nem sempre suficiente, para a sua promoção. Na primeira parte desta comunicação proponho-me a analisar de que forma Van Parijs é ou não imune à crítica da conversão meio/fins. Na segunda, que é o ponto central, afloro em que medida o RBI pode integrar a lista de Martha Nussbaum, de acordo com a interpretação do item dez. Procurarei demonstrar por que razões sou particularmente céptico quanto à primeira e favorável quanto à segunda, salientando, todavia, não ser a única via possível.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Cultura e representação política: tendências e desigualdades**

**Moderador:** José Santana Pereira

**Título da Comunicação:** *Explaining political culture across different socioeconomic and institutional settings using evidence from Latin America and Europe*

**Autores:** Viriato Queiroga (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Ana Maria Belchior (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Ednaldo Ribeiro (Universidade Estadual de Maringá; Universidade Federal do Paraná), Julian Borba (Universidade Federal de Santa Catarina) e José Manuel Leite Viegas (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

Most studies on political culture have been descriptive or explored political culture as an independent variable to explain a country's socioeconomic characteristics and/or its political institutions' performance. Much less research focused on what explains a country's political culture. Furthermore, education has been acknowledged as a core variable in explaining individuals' political attitudes and values, but has seldom been used to explain national political culture. Our research focuses on these less explored perspectives, using national political culture as a dependent variable. To what extent different socioeconomic and institutional settings influence a country's political culture? And what is the importance of individuals' level of education in such relationships? To answer these questions we rely on a broad range of political systems in Europe and Latin America (54), between 2002 and 2014, using data of the European Social Survey and LatinoBarómetro. Findings significantly support our claim that socioeconomic contexts and institutional settings matter in explaining a country's political culture, and that these contextual differences modulate the effect of education.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Cultura e representação política: tendências e desigualdades**

**Moderador:** José Santana Pereira

**Título da Comunicação:** *Feminismo Estatal no Sul Global: críticas e apontamentos para um quadro analítico renovado*

**Autora:** Patricia Rangel (Universidade de São Paulo; Freie Universitat Berlin)

**Resumo**

Essa comunicação apresenta resultados de um projeto que teve objetivo investigar o feminismo estatal em três países sul-americanos: Argentina, Brasil e Chile. O foco está na noção conceitual, frequentemente entendida como a conexão entre movimentos de mulheres, agências de políticas para mulheres e o estado, dentro de uma relação conceitual particular (Scheidegger 2014). “Feminismo estatal” diz respeito à conquista de espaços institucionais dentro do aparato do Estado e ao estabelecimento de instâncias especializadas em políticas de igualdade de gênero, mas não é termo pacíficos na literatura e nas políticas públicas de gênero. As noções mais comuns foram amplamente utilizadas em contextos europeus nas décadas de 1980 e 1990. Na América Latina, o termo não é popular, visto que a maior parte dos estudos sobre feminismo estatal foca nas democracias ocidentais pós-industriais, como exemplificado pelo mais reconhecido e sólido projeto sobre o tema: a Research Network on Gender Politics and the State - RNGS. Esta pesquisa buscou problematizar o tradicional modelo de Feminismo Estatal, tentando ampliar os limites do conceito, e propondo um novo quadro analítico, alinhado a preocupações e críticas dos feminismos pós-coloniais, tratando de responder a seguinte pergunta: pode o feminismo ser estatal?

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Cultura e representação política: tendências e desigualdades**

**Moderador:** José Santana Pereira

**Título da Comunicação:** *Fronteiras difusas entre o público e o privado: campanhas eleitorais de mulheres a partir das reflexões da teoria política feminista*

**Autora:** Joyce Miranda Leão Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Resumo**

Este artigo faz parte de agendas de pesquisas que questionam os postulados do liberalismo no que diz respeito à importância da igualdade formal e a crença em um indivíduo racional universal, que existiria antes do social. Seguindo teóricas feministas como Iris Young, aponta que diversas experiências e perspectivas foram desconsideradas pelo liberalismo, assim como obstáculos materiais e simbólicos que dificultam a entrada de determinados grupos no espaço público. Buscando aliar teoria e empiria, analisa a democracia liberal brasileira, tendo como recorte a participação política de mulheres em campanhas eleitorais nacionais, no período pós redemocratização. Unindo perspectiva de gênero à análise do discurso, observa a apresentação de candidatas nas propagandas partidárias, pretendendo responder: como a presença no espaço público é reivindicada pelas postulantes? Que imagens do gênero são oferecidas aos eleitores e eleitoras? Entre os objetivos, está refletir sobre as especificidades dos discursos políticos de mulheres e observar se a questão da desigualdade de gênero aparece dentro das propagandas.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Cultura e representação política: tendências e desigualdades**

**Moderador:** José Santana Pereira

**Título da Comunicação:** *Diversity in Political Parties' Strategies: Descriptive representation beyond gender in Portugal and Spain*

**Autoras:** Ana Espírito-Santo (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Tània Verge (Universitat Pompeu Fabra, Barcelona) e Laura Morales (Centre d'études européennes, Sciences Po, Paris)

**Resumo**

"The inclusion of traditionally under-represented groups in the decision-making process has been encouraged at several levels, including the European institutional level. Similarly, some academic scholarship has been suggesting that the composition of parliaments might have an impact on the policies approved and that assuring the physical presence of traditionally under-represented groups might be important for guaranteeing a better representation of those groups. Until now, research on descriptive representation – understood as the compositional similarity between representatives and the represented – has either focused on gender or on ethnicity. We propose a broader look at the concept of descriptive representation that also considers other social groups that have traditionally been absent from political decisions, namely LGBTI, people with disabilities and migrants (along with women and ethnic minorities).

The chapter uses an original biographical dataset of Portuguese and Spanish MPs for three legislative terms since 1995. It aims at understanding whether or not parties' different strategies to promote gender equality in politics result in a) more inclusive strategies overall concerning both representation claims and the mobilisation of minority groups and b) more equilibrated descriptive compositions of parliamentary groups."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Grupos de interesses, Igreja e crise económica: o caso português**

**Moderador:** Marco Lisi

**Comentadora:** Filipa Raimundo

**Título da Comunicação:** *Associações empresariais e crise económica: o caso português (2008-2016)*

**Autores:** João Loureiro (IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e Marco Lisi (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

Este artigo procura estudar a relação entre associações empresariais e partidos políticos através de uma análise histórica e qualitativa referente ao período desde o início da crise económica e financeira. Focando-nos no caso português, propomo-nos a analisar as preferências das associações empresariais durante as distintas fases da crise económica, assim como os alinhamentos políticos estabelecidos com os principais partidos com assento parlamentar. Esta contribuição confirma, por um lado, a fragmentação dos interesses empresariais e, por outro lado, a existência de tensões entre o governo de direita e as principais confederações patronais. Estas organizações têm privilegiado estratégias distintas durante este período, embora a sua influência sobre a formulação de políticas se tenha mantido marginal, evidenciando uma contínua dificuldade em serem reconhecidas como um importante parceiro na arena institucional e em moldarem processos de reformas políticas.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Grupos de interesses, Igreja e crise económica: o caso português**

**Moderador:** Marco Lisi

**Comentadora:** Filipa Raimundo

**Título da Comunicação:** *Associativismo agrícola em Portugal: principais associações e ligações com atores políticos*

**Autora:** Ekaterina Gorbunova (FCSH – Universidade Nova de Lisboa; ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

O artigo analisa o atual estado da arte do associativismo agrícola em Portugal e o seu desenvolvimento nas últimas décadas, com especial enfoque no impacto da mais recente crise económica e sociopolítica. Focamos em principais grupos de interesse do setor (como a Confederação dos Agricultores de Portugal – CAP, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal – AJAP), e analisamos os seus objetivos programáticos, reivindicações, estratégias da ação política e da mobilização, assim como as suas ligações e relações com os principais partidos políticos e outros atores governamentais.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Grupos de interesses, Igreja e crise económica: o caso português**

**Moderador:** Marco Lisi

**Comentadora:** Filipa Raimundo

**Título da Comunicação:** *A troika no discurso político dos parceiros sociais portugueses*

**Autores:** Raquel Rego (ICS – Universidade de Lisboa), Miguel Won (INESC – Universidade de Lisboa), Bruno Martins (INESC/IST – Universidade de Lisboa), Amália Mendes, Iria del Rio e Pierre Lejeune (CL – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

Ao longo dos anos, a economia portuguesa desenvolveu-se, designadamente com a integração na Comunidade Económica Europeia. Também em boa parte devido à integração europeia, o sistema de relações industriais institucionalizou-se e os parceiros sociais tornaram-se actores fundamentais ao bom funcionamento do país. Ora, se um dos possíveis efeitos da intervenção do FMI, e da troika por arrastamento, é o abalar das instituições democráticas tendo em conta a perda de soberania, vale a pena conhecer como os parceiros sociais viram esta intervenção da troika. O objetivo deste trabalho é, pois, descrever a evolução dos discursos dos dois lados do sistema de relações industriais em Portugal. Assumimos que as suas orientações ideológicas colectivas se reflectem nos seus documentos programáticos que nos permitem ainda antever a sua disposição para a cooperação institucional. Com base em técnicas automáticas nos campos de Recuperação de Informação e Processamento de Linguagem Natural, complementadas com análises linguísticas detalhadas do campo de Análise do Discurso, analisámos os programas de acção por mandato da CGTP-IN e da CIP antes e depois da presença da troika. Concluímos que as referências à troika são muito escassas e apenas o lado sindical se mostra mais descrente no funcionamento da concertação social em particular.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Grupos de interesses, Igreja e crise económica: o caso português**

**Moderador:** Marco Lisi

**Comentadora:** Filipa Raimundo

**Título da Comunicação:** *A Igreja Católica e a sua ação no processo de revisão do apoio estatal às escolas com contratos de associação*

**Autoras:** Madalena Meyer-Resende (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa) e Teresa Clímaco Leitão (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

**Resumo**

Durante o período da crise houve várias revisões legislativas relativas aos contratos de associação entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior. O debate dividiu as forças da esquerda das de direita e mobilizou partidos, escolas e associações religiosas. O presente artigo, além de analisar o processo legislativo conducente à redução desse apoio estatal, descreve e analisa a intervenção da Igreja Católica (Santa Sé, episcopado nacional e leigos) e a sua relação com os atores envolvidos no processo de revisão dos contratos de associação, em particular com o governo, partidos políticos e sociedade civil. O artigo conclui que, embora o ensino seja uma das áreas de interesse e de ação doutrinária e pastoral da instituição eclesial e de algumas escolas católicas terem sido afetadas negativamente por esta revisão, a Igreja Católica esteve dividida e teve uma fraca intervenção no processo. Apesar de defender uma rede nacional onde escolas públicas e privadas sejam parte da oferta do Estado, a hierarquia concentra a sua acção a favor da educação religiosa na oferta de aulas de religião e moral nas escolas públicas e na Universidade Católica Portuguesa, questões reguladas na Concordata de 2004.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Mesa-Redonda – O ensino universitário da Ciência Política e das Relações Internacionais em Portugal**

**Moderador:** João Cardoso Rosas

**Comentadores:** Mariana Carmo Duarte (CIES – Instituto Universitário de Lisboa); Joana Calado Mendes (IPRI – Universidade Nova de Lisboa), Laura C. Ferreira Pereira e Isabel Estrada Carvalhais (CICP – Universidade do Minho); André Freire (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) e Luís Nuno Rodrigues (CEI/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); António Costa Pinto e Marcelo Camerlo (ICS – Universidade de Lisboa); Maria Raquel Freire (CES/FEUC – Universidade de Coimbra); Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro); Liliana Reis e Samuel de Paiva Pires (Universidade da Beira Interior); Pedro Tavares de Almeida e Madalena Meyer-Resende (FCSH – Universidade Nova de Lisboa); Cristina Montalvão Sarmiento (ISCSP – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

Esta mesa-redonda teve por objetivo estimular uma reflexão por parte dos seus protagonistas nas diferentes universidades portuguesas sobre o ensino da Ciência Política e das Relações Internacionais nas mesmas.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Segurança Internacional**

**Moderadora:** Alena Vieira

**Título da Comunicação:** *O significado ambivalente da derrota militar e do recuo territorial do DAESH no “Siraque”*

**Autor:** Luís Tomé (OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa)

**Resumo**

O auto-proclamado “Estado Islâmico” ou DAESH (acrónimo árabe de ISIS ou ISIL) tornou-se um dos actores mais impactantes na geopolítica do Médio Oriente, o grupo terrorista mais mortífero do mundo e uma das maiores ameaças à segurança internacional, disputando com a al-Qaeda a liderança do jihadismo global. Por conseguinte, o recuo territorial do DAESH na Síria e no Iraque (“Siraque”) e a sua derrota militar, solene e simbolicamente declarada pelo Presidente do Irão, é um acontecimento de enormes repercussões e com significado extraordinariamente ambivalente: significa a libertação e o fim do terror para milhões de iraquianos e sírios mas também coloca o dilema acerca do destino dos “combatentes estrangeiros” e outros jihadistas sobreviventes; abre novas perspetivas para um autêntico processo de paz na Síria, mas também favorece a possibilidade de novos confrontos entre os “vencedores” que se encontram frente a frente sem um inimigo comum; o recuo no “Siraque” pode ser o fim do DAESH enquanto entidade territorializada mas tal não significa o seu desaparecimento nem o fim da ameaça terrorista que representa, longe disso.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Segurança Internacional**

**Moderadora:** Alena Vieira

**Título da Comunicação:** *Estabilidade de Regime nas monarquias árabes*

**Autora:** Laura Gonçalves de Melo Araújo (Universidade Federal de Pernambuco)

**Resumo**

O projeto procura entender a estabilidade das monarquias árabes diante do quadro de insurreições na região no momento pós primavera árabe até os dias de hoje. A pesquisa busca explicar qual combinação de categorias é capaz de conduzir um país à estabilidade, mesmo que esteja em uma região instável, os casos escolhidos foram os países monárquicos membros da Liga Árabe: Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã e Qatar. A seleção dos casos se deu pelo momento histórico em que a região se encontra e com a queda de uma série de regimes, iniciada pela Primavera Árabe em 2011 na Tunísia. As categorias são: Tipo de Regime - Monarquia e República; Regime - democrático e não democrático (segundo a classificação da freedom house); Rentismo: se recolhe impostos ou não e Gastos com segurança.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Segurança Internacional**

**Moderadora:** Alena Vieira

**Título da Comunicação:** *O terrorismo islâmico na Europa: como definir agora o "homegrown" terrorism"?*

**Autora:** Maria do Céu Pinto Arena (EEG – Universidade do Minho)

**Resumo**

Tendo em conta o padrão actual de atentados terroristas na Europa e a tipologia dos perpetradores, o que é que deve ser entendido como uma ameaça terrorista "homegrown"? A definição de terrorismo doméstico é bastante limitativa, pois depende de duas diferenças básicas: a natureza externa ou doméstica dos complots, as conspirações com uma liderança definida por parte, por exemplo, do ISIS ou da al-Qaeda, versus complots sem liderança definida. Uma definição de "homegrown" leva em linha de consideração a composição das células e as motivações locais, geralmente excluindo o envolvimento directo com a-Qaeda e ISIL. No entanto, a distinção é frequentemente difícil de destrinçar devido à intrincada interacção de motivações, ligações e oportunidades domésticas e externas. O que se pode entender por "homegrown" quando a ameaça é duplamente interna e externa?

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Segurança Internacional**

**Moderadora:** Alena Vieira

**Título da Comunicação:** *As relações UE-Rússia no pós-Euromaidan: que futuro para a segurança europeia*

**Autora:** Vanda Amaro Dias (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

A segurança tem sido um eixo central das relações União Europeia (UE)-Rússia desde o final da Guerra Fria. A cooperação neste domínio é ancorada na perceção partilhada que a segurança destes dois atores transcende as suas fronteiras e que apenas uma política externa mais ampla pode assegurar a sua estabilidade. Contudo, esta perceção torna-se problemática em matérias que digam respeito à vizinhança partilhada na Europa de Leste e no Sul do Cáucaso, para onde Moscovo e Bruxelas tem procurado alargar e reforçar o seu poder e influência. Como resultado, a vizinhança partilhada tornou-se um espaço contestado onde os projetos europeu e russo colidem e as suas estratégias de segurança chocam. Se estas dinâmicas se tornaram inquestionáveis após o alargamento a leste da UE, elas ganharam uma nova dimensão com os eventos que culminaram no movimento Euromaidan na Ucrânia levando a um maior antagonismo entre a UE e a Rússia, quer no plano discursivo, quer no plano prático da formulação e implementação de política externa. O objetivo desta comunicação é partir da análise deste contexto para refletir sobre a evolução das relações UE-Rússia no pós-Euromaidan e tentar perceber como esta evolução se reflete no futuro da segurança europeia.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Segurança Internacional**

**Moderadora:** Alena Vieira

**Título da Comunicação:** *Uma Nova Era: a (in)segurança mundial entre Trump, Putin e Xi Jinping*

**Autor:** Marco António Baptista Martins (ECS – Universidade de Évora)

**Resumo**

As eleições dos EUA significam a abertura de uma nova era na procura do reequilíbrio global, na relação triangular entre os Estados Unidos, a Rússia e a China. A eleição de Donald Trump provocou uma onda de protestos sem precedentes na história eleitoral dos EUA e da política internacional, expondo uma imagem de antissistema ao tencionar apagar as opções políticas implementadas pelos seus antecessores. Refira-se que misinform é um conceito introduzido por Vladimir Putin numa escala de uma possível guerra híbrida com os Estados Unidos e a União Europeia, para além da crescente tensão no Médio Oriente, Irão e Península Coreana. Portanto, revela-se de suma importância analisar como a Rússia, a China e os Estados Unidos se posicionarão nas relações internacionais, adaptando as suas políticas de segurança e defesa, enquadrando, igualmente a nova realidade dos populismos entre os referidos actores geoestratégicos.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Cooperação para o Desenvolvimento**

**Moderador:** Andrés Malamud

**Título da Comunicação:** *Why giving money to sanctioned countries? Explaining the behavior of the international community when the United Nations uses sanctions*

**Autor:** Francesco Giumelli (University of Groningen)

**Resumo**

The rationale for imposing international sanctions is to weaken the economy of targeted societies. The slowdown of the Russian economy was welcome as a sign that sanctions were working as well as the economic consequences of sanctions on the North Korea. However, the data on foreign aid collected by the OECD and by the World Bank suggest that when a country is targeted by sanctions, then foreign aid allocation increases. This research intends to investigate why this occurs. There are three hypotheses that will be tested. First, donors provide foreign aid to parties in the targeted countries that would serve their policy objectives. Second, donors provide foreign aid in order to alleviate the humanitarian consequences of sanctions. Third, donors provide foreign aid as a result of a bureaucratic setting. The research will analyze data collected from the Targeted Sanctions Consortium database on UN sanctions, the OECD and the World Bank for foreign aid data.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Cooperação para o Desenvolvimento**

**Moderador:** Andrés Malamud

**Título da Comunicação:** *Diasporas as Agents of Policy Diffusion: An Analytical Framework*

**Autora:** Helge Jorgens (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

Diasporas are increasingly recognised as potentially influential actors in the governance of their countries of origin. Being rooted in at least two different societies, diasporas constitute potential communication channels between their host countries and their countries of origin. This position enables diasporas to become active participants in the cross-national diffusion of ideas, values, norms and practices from their host countries to their homelands. Somewhat surprisingly, however, their potential to act as agents of diffusion has not yet been systematically explored. On the one hand, the literatures on migration and diasporas have largely neglected diffusion processes. On the other hand, the vast literature on policy diffusion in the fields of comparative politics and international relations has not yet systematically focused on migrant communities as agents of policy transfer and diffusion. We propose an analytical model of diasporas as agents and channels of policy diffusion. We assume that diaspora actors affect domestic policymaking in two, mutually non-exclusive, ways. First, they may become directly involved in domestic policymaking as change agents or policy entrepreneurs. Second, they may become indirectly involved as drivers of a slow and gradual process of modernisation of values and attitudes in their home country. We also propose that the relationship between diasporas and their homeland governments is a bidirectional one where impacts of diaspora actors go hand in hand with attempts by home country governments to tap the of their diaspora.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Cooperação para o Desenvolvimento**

**Moderador:** Andrés Malamud

**Título da Comunicação:** *(Re)pensar a Cooperação para o Desenvolvimento: Porquê a Cooperação Triangular?*

**Autora:** Sara Rodrigues (CICP/EEG – Universidade do Minho)

**Resumo**

"Os últimos anos revelaram um notório e crescente interesse dos atores de Desenvolvimento pela Cooperação Triangular (CT), fomentando o seu debate em diversas plataformas. Contudo, não existe consenso sobre esta modalidade, suas definições e práticas. São também insuficientes as evidências de que responda às expectativas dos atores, ou que cumpra o potencial papel enquanto ponte entre o 'Norte' e o 'Sul' e impulsionadora da (re)definição da arquitetura de Desenvolvimento.

Neste quadro, questionamos: porque está a CT em voga? Porque integram os atores arranjos triangulares? Será a CT efetivamente uma alternativa -com efetivo impacto nos beneficiários, ou é apenas uma outra forma de cooperação?

Por forma a analisar o que contribui(u) para esta escalada da atenção internacional sobre a Cooperação Triangular, considera-se fundamental compreender a montante o que define e constitui a sua matriz conceptual, as suas práticas e modelos, bem como a sua emergência, potencialidades e limitações. Analisaremos ainda a sua proliferação, testando para tal duas hipóteses: 1) a CT enquanto trampolim para o 'Sul' projetar a sua presença, e o seu poder negocial, no tabuleiro internacional; e, b) a CT como uma via para o 'Norte' avançar no 'jogo' do Desenvolvimento e (re)afirmar o seu status no quadro internacional."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à Cooperação para o Desenvolvimento**

**Moderador:** Andrés Malamud

**Título da Comunicação:** *Analysing changes in the UK's development aid: a constructivist approach*

**Autora:** Teresa Almeida Cravo (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

This paper problematises the impact of domestic constraints on British identity and performance as a key development aid actor. It argues that what has been, for most of the post-Second World War era, a British identity that has long overlapped with that of a major donor is increasingly showing signs of change. In a time of economic crisis, austerity and inward looking, we appear to be witnessing a marked transformation in the ability of British political elites to assume domestic support for now longstanding development aid policies. Slogans such as “value for money” are replacing more traditional appeals to a duty of assistance. The paper suggests that this may go beyond a simple reaction to immediate financial constraints, and become a more significant reconfiguration of British identity and ultimately self-perception of its role in the world.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à governação global**

**Moderador:** Filipe Vasconcelos Romão

**Título da Comunicação:** *Smart Power como estratégia política de influência nas relações empresariais: caso Samarco*

**Autores:** Daniely da Silva Gomes (Universidade Federal Fluminense), Maria Rita Noronha A. M. Onias (Universidade da Beira Interior) e Marcio Moutinho Abdalla (Universidade Federal Fluminense)

**Resumo**

A estratégia política de influência no âmbito intergovernamental e entre governo e outros atores não estatais têm sido agenda de constante debate, haja vista as transformações das conjunturas políticas nacionais e transnacionais, além dos novos elementos de informação e comunicação. Esse trabalho busca estabelecer um paralelo entre as esferas de poder estudadas nas relações internacionais, através do conceito de Smart Power, nomenclatura esta criada por Joseph Nye para conceituar novas formas e discursos de poder e influência, e o ambiente empresarial, utilizando o caso do rompimento da barragem de rejeitos de mineração controlado pela empresa Samarco, no Brasil, para verificar a viabilidade da transposição de ambos os conceitos. A partir de uma análise qualitativa e crítica, utiliza-se da Análise Crítica do Discurso como recurso comprovativo dessa inserção, concluindo-se que as práticas da política corporativa vão além da construção de uma reputação favorável à opinião pública, ou do possuir de instrumentos táticos que possam ser usados para executá-lo, mas de ações que sejam consistentes com a postura projetada. Percebendo-se, assim, a fragilidade da expectativa de poder, caso não haja sintonia entre o discurso e a realidade.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à governação global**

**Moderador:** Filipe Vasconcelos Romão

**Título da Comunicação:** *A regulação da globalidade*

**Autor:** Luís Moita (OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa)

**Resumo**

"A presente comunicação visa propor um conjunto de reflexões sobre o actual panorama internacional, onde prevalece a contradição entre a globalização dos processos e a ausência de regulação da globalidade.

Como primeiro passo, convém averiguar o que acontece com a redistribuição da riqueza mundial e de que modo se reconfigura o potencial económico das nações.

De seguida, pode analisar-se se há coincidência ou não entre o potencial económico e a afirmação política de certos países.

Por último, recordam-se as tímidas tentativas por regular aspectos cruciais do sistema internacional e as frágeis instituições que ensaiam sem êxito a governação global (como é o caso do G-20)."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Desafios à governação global**

**Moderador:** Filipe Vasconcelos Romão

**Título da Comunicação:** *Mercantilism in International Relations. Imperial Preference (1932): Britain's Long Return to Protectionism*

**Autora:** Oksana Levkovych (London School of Economics and Political Science)

**Resumo**

Varieties of Mercantilism is a study of different strands of mercantilist thinking which had emerged in Germany, Great Britain and Russia/Soviet Union in the late 19th century and shaped these countries' economic policy-making, and trade policy in particular, in the late 1920s-early 1930s. The three cases represent three political economic regime types (liberal, fascist and socialist) and, therefore, provide rich empirical material for drawing testable theoretical conclusions about international trade dynamics. The unifying theme in all three cases is a pursuit of relative power gains via protectionist economic policies and creation of separate/closed trade regimes (economic blocs and spheres of influence within the framework of 'imperial' and 'regional' states) which ideological and political roots were mercantilist. Under my account, mercantilism is both (1) a set of ontological assumptions about the international political economic relations between supra-national entities (empires, political economic blocs) and (2) a set of political objectives such as relative power gains whatever policies drive their achievement (free trade or trade protection). The study breaks away from IPE's ahistorical, post-colonial and state-centric traditions of analysis of 'the big puzzle' of the interwar trade regime collapse by offering a structural explanation based on re-conceptualized mercantilism and empire-entity unit of analysis.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Agendas políticas: O papel do contexto económico e dos media**

**Moderadora:** Ana Espírito-Santo

**Título da Comunicação:** *Economic Inequality and Legislative Agendas in Europe*

**Autor:** Enrico Borghetto (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

As inequality grows throughout the Western hemisphere it is increasingly important to understand the ways that economic stratification affects political systems. One way that money is thought to influence the political process is through negative agenda control whereby economic elites influence the political process to protect the status quo. These effects may be widespread but are difficult to observe directly because of their counterfactual nature. Our approach is to look for agenda-setting effects associated with economic inequality. The idea is that if wealthy interests are successful in promoting the status quo then this might lead to a subsequent reduction in the range of alternatives considered by policymakers, thereby producing legislative agendas that are systematically less diverse. If we believe that the relative advantage of wealthy interests varies depending on levels of inequality then this suggests a dynamic relationship between inequality and agenda diversity. When inequality is high, then agendas should be more myopic. We test this hypothesis using data on laws and bills introduced in the legislatures of nine European countries from 1941 through 2014. This data is available through the Comparative Agendas Project and is topically coded so that it is possible to measure the spread of attention across issues in each year.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Agendas políticas: O papel do contexto económico e dos media**

**Moderadora:** Ana Espírito-Santo

**Título da Comunicação:** *Do media systems matter? Media system characteristics and the impact of the media agenda on the political agenda in Europe*

**Autor:** José Santana Pereira (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

In this paper, drawing on evidence that media system characteristics may moderate the media's agenda-setting capacity, I carry out a comparative analysis of the media's political agenda-setting impact in the EU member-States. I test the hypothesis that the media's capacity to shape the agenda of political institutions such as political parties or legislatures is bound on media system factors such as development of the press markets, journalist professionalization or political parallelism, which may foster or mitigate both media's legitimacy and interest in functioning as agenda-setter. The paper relies on data on media agendas collected by PIREDEU, data on political agendas collected by the Comparative Agendas Project and data on media systems collected by the Expert Survey on Media Systems, the World Association of Newspapers and the European Audiovisual Observatory. The media's agenda-setting capacity is operationalized both indirectly (expert survey) and directly: the correlation between media and political agendas in a subset of EU member-States for which there is data available on media, legislative and executive agendas, and which represent paradigmatic cases of polarized pluralistic, liberal or democratic corporatist media systems. The results will allow shedding light on the media system-related contextual constraints and facilitators of the media's political agenda-setting capacity.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Agendas políticas: O papel do contexto económico e dos media**

**Moderadora:** Ana Espírito-Santo

**Título da Comunicação:** *Esquerda e direita faz alguma diferença no Brasil? O papel dos governos de esquerda e de direita na produção de políticas e no combate à desigualdade social*

**Autores:** Joyce Hellen Luz (Universidade de São Paulo; Cebrap) e Humberto Dantas (Fundação Getúlio Vargas)

**Resumo**

Não são poucos os trabalhos que associaram a chegada ao poder dos partidos de esquerda às melhorias na redução da pobreza e da desigualdade de renda nos países latino americanos. Contudo, poucos são os estudos que tratam da provisão e investimentos realizados nos bens-essenciais e serviços sociais capazes de garantir parte do bem-estar dos cidadãos. A chegada de um partido de esquerda ao poder afetou a produção de políticas sociais e a melhoria da condição de vidas dos municípios brasileiros? Partidos de esquerda, frente a partidos de direita, realmente fazem a diferença para a provisão do bem-estar social? Em consonância com Esping-Andersen (1991), Bradley et al (2003) e Huber e Stephens (2012) este trabalho buscará argumentar que a chegada de partidos de esquerda ao poder importa para que políticas mais sociais e igualitárias sejam produzidas com vista a diminuição das desigualdades sociais nos municípios brasileiros. Os achados corroboram não só a hipótese de que governos de esquerda no Brasil, quando comparados a governos de direita, investem mais em áreas ligadas a benefícios sociais e a melhoria da condição de vida das pessoas, como também a hipótese de que esses recursos são distribuídos para municípios com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**Agendas políticas: O papel do contexto económico e dos media**

**Moderadora:** Ana Espírito-Santo

**Título da Comunicação:** *The Political Tolerance in Portugal and Southern Europe: Institutional and Economic determinants*

**Autor:** Viriato Queiroga (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

**Resumo**

"Political tolerance is seen as an important observation of political attitudes and of citizenship values, thus fundamental as a way to evaluate how the citizen's behaviour towards its peers has been evolving, through times, especially, in challenging times. This study is especially important, since tolerance is a vital value for the evaluation of the political attitudes, for accepting the political and ideological differences, as well as social and political statuses (both the political elite and, particularly, the citizens), the institutions (or the structural determinants) and the economic contexts (circumstantial determinants) take on a role, still not fully explored by the literature.

This paper will use empirical data from previous years (starting in 1981 and until 2011, using data from the European Value Survey) for the analysis of political tolerance in Southern Europe. By using both multilevel (individual and context data) and multivariate analysis, we expect to draw conclusions on how political tolerance has evolved in Southern Europe, given the effects of the crisis on the attitudes of the Portuguese and the Europeans of the South, seeking to perceive how do institutional and economic factors affect Political Tolerance and how do they compare."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**The Politicisation of Europe: A Media and Parliamentary Perspective**

**Moderadora:** Marina Costa Lobo

**Comentadora:** Isabel Estrada Carvalhais

**Título da Comunicação:** *Technocracy in the EU: the Eurocrisis and Technocratic Legitimacy*

**Autores:** Marina Costa Lobo e Ian McManus (London School of Economics and Political Science)

**Resumo**

The Eurocrisis constitutes a natural experiment in which to analyse the correlates of technocratic legitimacy. Using Eurobarometer data we measure support for technocracy in the Eurozone between 2009 and 2014, with a particular focus on countries that have undergone a bailout (Greece, Ireland, Portugal and Spain). We test the negative relationship between support for technocracy and democracy in the context of the Eurozone crisis, and establish the importance which perceptions of the economy, trust in institutions and ideological positioning have in those countries that experienced bailouts.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**The Politicisation of Europe: A Media and Parliamentary Perspective**

**Moderadora:** Marina Costa Lobo

**Comentadora:** Isabel Estrada Carvalhais

**Título da Comunicação:** *Eurozone Crisis Narratives in Austeritarian Countries: The cases of Portugal and Spain*

**Autora:** Susana Rogeiro Nina (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

Since the shift of European Union's paradigm the hopes of a European public sphere capable of legitimising EU institutions crashed in the so-called communication deficit. In 2001, Habermas argued that the democratic deficit only can be eliminated if a European public sphere comes into existence. In 2010 the outbreak of the Eurozone crisis had hastened this process. This research considers Habermas' conceptualisation of public sphere and is structured on the 3rd dimension of Europeanisation –European Synchronisation. Theoretically, argues that national arenas are Europeanised when European issues are discussed, reported and framed in the national media at the same time, with similar levels of attention. The main goal is to understand why levels of European Synchronisation of newspapers vary over time, and cross-nationally, testing the idea that Eurozone crisis may create two poles of narratives of the EU: one among the peripheral austerity countries (Portugal, Spain, Ireland and Greece) and the other in the prosperous (Germany and Belgium). Empirically, we analyse one tabloid and two mainstream newspapers. The time-period selected is each legislative election before (2002-2008) and after the crisis (2009-2017), assessing how the crisis changes the way national media portray European economic themes in a context of conflict and polarisation.

---

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**The Politicisation of Europe: A Media and Parliamentary Perspective**

**Moderadora:** Marina Costa Lobo

**Comentadora:** Isabel Estrada Carvalhais

**Título da Comunicação:** *Parties and Mandate Fulfillment. A Parliamentary Perspective on the Assessment of the Political Effects of the Eurozone Crisis*

**Autor:** Yani Kartalis (ICS – Universidade de Lisboa)

**Resumo**

This paper aims to add to the literature on the party mandate fulfillment by extending past research to examine both the responsiveness and responsibility of parties in contemporary parliamentary democracies. Under its lens, such task is considered an empirical one, where the concept of party representative behavior will be operationalized in a novel way, extending previous work with a more nuanced (both conceptually and methodologically) inclusion and analysis of the 'parliamentary mandate fulfillment'. The aim is to test the alleged unfolding of 'democracies without choice' and its consequences for the quality of representation in contemporary parliamentary democracies by looking at parliamentary data from countries that were severely affected by the recent crisis. The process of acquiring and re-formatting text data from the parliamentary sessions as well as a series of preliminary findings will be presented. Bearing in mind how the previously observed enthusiasm about the European project has currently turned into low levels of trust in the EU and national institutions but also of satisfaction with democracy, answering the question of whether and how representative behavior has been affected during the crisis becomes increasingly important as it paints a crucial picture on the quality of these parliamentary democracies.

---

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**The Politicisation of Europe: A Media and Parliamentary Perspective**

**Moderadora:** Marina Costa Lobo

**Comentadora:** Isabel Estrada Carvalhais

**Título da Comunicação:** *Emotions in political arguments: a possible computational analysis*

**Autores:** Joana Gonçalves-Sá, Paulo Almeida e Claudio Haupt Vieira (Instituto Gulbenkian de Ciência)

**Resumo**

It is now widely accepted that emotions are fundamental for good decision-making, and that humans are not purely rational agents, as previously idealized. As the recent Eurozone showed, citizens had to balance between different emotion eliciting risks (from financial collapse to the loss of the social state) to make their political decisions. Similarly, during pandemics, both compliance and resistance can have unpredictable outcomes, from getting seriously ill to losing one's job. In this paper, we will argue that, especially in times of crisis, one of the most important emotions involved in decision-making is fear and that different political parties can and will use fear arguments in very different ways. Particularly, I will show how we have been using a computational approach to analyse the discourse in the Portuguese Parliament. I will discuss changes in discourse using two case-studies: the three IMF interventions and the 2009 flu pandemic.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Desordem no Espaço Euro-Atlântico**

**Moderadora:** Madalena Meyer-Resende

**Comentador:** Bernardo Teles Fazendeiro

**Título da Comunicação:** *A Segurança Europeia*

**Autores:** Carlos Gaspar (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa) e Patrícia Daehnhardt (Universidade Lusíada; IPRI – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

A simultaneidade de quatro crises europeias – a crise do euro, a crise migratória, a crise do populismo europeu e o nexu com as democracias iliberais, e o Brexit - evidencia a fragilidade e potencial fragmentação da Europa. A política da administração norte-americana de Donald Trump, por outro lado, acentua a tendência do recuo estratégico global dos Estados Unidos, e reforça as tendências de ruptura entre a Europa continental franco-alemã e o Atlântico anglo-saxónico. No seu conjunto, estes fatores têm implicações para a segurança europeia, numa altura em que se registam avanços na defesa europeia. A comunicação analisa estes paradoxos e traça os desafios atuais da crescente discrepância estratégica do modelo de comunidade de segurança ocidental.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Desordem no Espaço Euro-Atlântico**

**Moderadora:** Madalena Meyer-Resende

**Comentador:** Bernardo Teles Fazendeiro

**Título da Comunicação:** *As certezas da Rússia*

**Autora:** Maria Raquel Freire (CES/FEUC – Universidade de Coimbra)

**Resumo**

"Esta comunicação analisa a política externa russa no espaço euro-atlântico, procurando perceber o posicionamento deste ator num quadro crescentemente complexo. Face às relações difíceis a ocidente quer com a União Europeia, quer com a Aliança Atlântica quer com os EUA; face a um projeto de uma União Económica Euroasiática longe do desenho almejado; e face aos crescentes desafios que o espaço pós-soviético coloca a Moscovo, este exercício visa perceber os fatores na base da formulação da política externa de Moscovo e explorar as certezas da Rússia enquanto se afirma como ator fundamental no redesenho da ordem euro-atlântica. Central ao argumento é o facto de considerarmos que questões de poder (realpolitik), de identidade nacional e de segurança do regime constituem fatores centrais para percebermos as leituras das certezas da Rússia no quadro da (des)ordem euro-atlântica atual. Nesta análise a questão da Ucrânia/Crimeia e da Síria são exemplos fundamentais das políticas russas em estudo, permitindo ilustrar as dinâmicas de decisão e atuação que marcam uma política russa ativa e interventiva."

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Desordem no Espaço Euro-Atlântico**

**Moderadora:** Madalena Meyer-Resende

**Comentador:** Bernardo Teles Fazendeiro

**Título da Comunicação:** *As triangulações do Médio Oriente: Desafios ao Espaço Euro-Atlântico*

**Autora:** Ana Santos Pinto (IPRI/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

**Resumo**

O atual contexto geopolítico do Médio Oriente é marcado por um conjunto de triangulações que desafiam a estabilidade da região e, por consequência, do espaço euro-atlântico. Por um lado, as ambições de três poderes regionais – Arábia Saudita, Irão e Turquia – têm provocado um crescendo de conflitos reais ou latentes, considerando as alianças estabelecidas com atores, estatais e não-estatais, seja no Médio Oriente seja à escala internacional. Por outro lado, o alinhamento entre a Rússia, Irão e Turquia desafia o predomínio norte-americano na definição dos equilíbrios regionais, bem como a unidade da própria comunidade transatlântica. Finalmente, no Médio Oriente perduram três conflitos – Iraque, Síria e Líbano –, que servem de palco a lutas ‘por procuração’ e que potenciam contextos privilegiados para o aparecimento e expansão de movimentos radicais, de matriz sectária e violenta, promotores de instabilidade e conflito que se prolongam até ao espaço euro-atlântico. Assim, esta a comunicação pretende discutir a relação entre as ‘triangulações’ existentes no Médio Oriente, bem como a volatilidade das alianças estabelecidas e a sua articulação com os poderes internacionais, com vista a ensaiar um argumento de realinhamento das potências regionais com a necessidade de definição de um novo posicionamento euro-atlântico para a região.

**IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política**  
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)  
19 de Abril de 2018

**A Desordem no Espaço Euro-Atlântico**

**Moderadora:** Madalena Meyer-Resende

**Comentador:** Bernardo Teles Fazendeiro

**Título da Comunicação:** *Back to the future? Eastern Europe and the ontological (in)security in the aftermath of the Ukraine conflict*

**Autora:** Alena Vieira (CICP – Universidade do Minho)

**Resumo**

The present contribution aims to analyze the (re)construction of regional priorities in the foreign policy of Belarus in the aftermath of the annexation of Crimea and in the context of the evolving conflict in Ukraine. Taking the priority attributed to the Eurasian integration project as a point of departure, the contribution demonstrates that the concept of 'priority region' has been widened, and came to include a new reference point: maintenance of close and special relations with the countries eager to deepen the relationship with the European Union, such as Ukraine and Moldova. Using the Social Identity Theory, the present contribution looks to address and explain these changes, while relating them to the recent narrative aiming to establish a new of cooperation space between the East and the West, the so-called 'Helsinki-II' process.